

IV COLOQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES

MESA TEMÁTICA 2: “ Transformaciones agrarias, Sociedad Rural y Desarrollo local/ regional”

A dinâmica da integração agricultor–agroindústria e o desenvolvimento territorial sustentável

Vivien Diesel¹, Joaquim Assis², Juliana Scheibler³

Resumo: No sul do Brasil o cultivo de fumo é realizado majoritariamente por agricultores que estabelecem relações contratuais com a agroindústria beneficiadora desta matéria-prima. Atualmente, a integração agricultor-agroindústria tende a ser vista de forma positiva pelos teóricos do desenvolvimento preocupados com a questão da competitividade. O presente trabalho tem como objetivo identificar a dinâmica de evolução das relações de integração para o caso do fumo e discutir seus condicionantes. Com base em dados secundários relativos a evolução da área plantada nos municípios produtores do Rio Grande do Sul, no período 1960/1998, identificam-se três padrões de dinâmica: estabilidade relativa, estabilidade precária e instabilidade. De modo geral, o caso do fumo evidencia a dependência da dinâmica local à evolução dos mercados internacionais e, simultaneamente, a relevância, como fontes de diferenciação de comportamentos, de fatores endógenos como a experiência do agricultor, as condições e as alternativas de produção, os fatores institucionais locais e as estratégias das agroindústrias. Tais constatações indicam a pertinência de estudos sobre padrões de evolução das relações de integração e possível diferenciação espacial destes.

Palavras- chave: agricultura familiar, desenvolvimento rural, agroindústria

¹ Prof. do Dep. de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: vivien@ccr.ufsm.br

² Acadêmico do Curso de Mestrado em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: ajaz@terra.com.br

³ Bolsista PIBIC/ CNPq, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: jlscheibler@bol.com.br

Introdução

O território sul-brasileiro constitui-se de regiões de campos naturais, várzeas e serras cobertas por florestas. A ocupação visou, inicialmente, a exploração das áreas de campo para criação de gado e resultou na formação de “sociedades de estancieiros” (proprietários de latifúndios pastoris). A partir do século XIX a coroa passou a incentivar a ocupação das áreas cobertas por florestas, promovendo a instalação de imigrantes europeus em pequenas propriedades, formando as “sociedades coloniais”.⁴

A reprodução social dos “colonos” passou a depender de sua habilidade de inserção econômica em um contexto de mercados restritos e dificuldades de transporte. A produção de fumo foi uma das alternativas vislumbradas para as áreas de colonização. O Brasil já possuía tradição no cultivo e exportação de fumo⁵, o governo provincial do Rio Grande do Sul já se preocupava em promover o cultivo e, neste contexto, vislumbrou que as regiões coloniais, que ora se formavam, poderiam vir a produzir fumo para o mercado local e para exportação.⁶ Pesavento (1983, p.193) coloca:

Com a chegada dos imigrantes alemães, a partir de 1824, renovou-se o cultivo do fumo, incentivado pelo governo provincial, que mandou distribuir aos colonos ‘livretos que continham conselhos redigidos em alemão e português’. Além desta medida, o governo preocupou-se com a seleção das sementes e das folhas.

Os governos locais das áreas de imigração também atuaram na promoção do cultivo de fumo. Cunha (1991, p.162), por exemplo, registra que, em Santa Cruz do

⁴ Pebayle (1975) apresenta uma abordagem interessante sobre o contato e convivência destas duas “sociedades rurais” no Rio Grande do Sul (RS).

⁵ Conforme os registros históricos, indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul já cultivavam tabaco para autoconsumo (Schaden apud Vogt, 1997). Maiores informações sobre a produção de fumo no período colonial podem ser obtidas com consulta a Nardi (1996).

⁶ Pesavento (1983, p.192) relata iniciativas do governo provincial orientadas à promoção do cultivo de fumo:

“O fumo foi uma das primeiras culturas agrícolas com finalidade comercial a se desenvolver no Rio Grande. As primeiras experiências, realizadas no Vale do Taquari e na Feitoria Real do Linho-Cânhamo, em São Leopoldo, datam do tempo do governador Paulo Gama, que dirigiu a capitania de 1803 a 1809. Por esta época, foi tentada a adaptação do fumo Virginia e, em 1804 e 1805, foram feitas as primeiras exportações de fumo em folha do Rio Grande para a Europa, em busca de mercado.”

Sul, a administração local, ainda no séc. XIX, tomou medidas de favorecimento do cultivo através de “um rico arsenal de meios administrativos para estimular a produção de fumo.”⁷

Neste contexto, observou-se a consolidação do cultivo do fumo no estado do Rio Grande do Sul, com ampla dispersão geográfica do cultivo⁸ e presença de estabelecimentos de beneficiamento e comercialização do fumo em folha e produtos derivados dele em diversas regiões do estado.⁹

No início do século XX, com a mudança no hábito de consumo do fumo, expandiu-se o mercado para cigarro industrializado¹⁰, atraindo para o Brasil o investimento de multinacionais do setor. Em 1914 a British American Tobacco (BAT) comprou a fábrica de cigarros brasileira Souza Cruz, com sede no Rio de Janeiro. A região sul passou a ser espaço preferencial para a produção do tipo de fumo utilizado na produção de cigarros. Para adequar a produção de matéria-prima às suas necessidades, em 1920 a BAT iniciou o processo de fomento da produção de fumo na região sul e instalou sua primeira usina de beneficiamento de fumo em Santa Cruz do Sul (RS).¹¹ Os requerimentos em termos da qualidade da matéria prima aproximaram a agroindústria ao produtor:

Com relação à British Tobacco, a empresa buscou controlar o processo produtivo, não apenas através da já citada introdução de novas técnicas de secagem em fornos e cultivo de espécies selecionadas, mas também pela difusão de conhecimentos sobre o plantio e o preparo do fumo entre os pequenos proprietários rurais. A empresa procurou impor um determinado padrão de qualidade à produção fumicultora, realizando “adiantamentos” aos colonos para que estes pudessem adquirir fertilizantes fungicidas e outros isumos. Para tanto, técnicos percorriam as lavouras para ministrar conhecimentos.

⁷ Em estudo histórico realizado na Colônia Italiana de Silveira Martins observou-se que o fomento à produção de fumo partiu do Governo Italiano, que designou um comerciante local como seu representante junto aos agricultores (Diesel et al., 1993).

⁸ Segundo Pesavento (1983, p.204), em 1915 as áreas produtoras abrangiam os municípios de Santa Cruz do Sul, Cachoeira, Soledade, Santo Ângelo, Palmeira, São Luís, São Leopoldo, Dom Pedrito, Santo Amaro, Rio Pardo (Candelária), Lajeado e outros de menor porte, em que a área cultivada era inferior a 400 há. Outras informações sobre a dispersão geográfica do cultivo podem ser obtidas com consulta a Alonso (1958).

⁹ Os registros permitem Pesavento (1983, p.203) identificar 180 “fábricas” em 1912 orientadas a produção de charutos, cigarros, fumo desfiado, picado ou migado, rapé, mortilhas de papel e palha.

¹⁰ As mudanças nos hábitos de consumo do fumo são descritas por Vogt (1997)

¹¹ A trajetória da British American Tobacco no Brasil é descrita no site institucional da empresa (<http://www.souzacruz.com.Br>). Sobre os impactos da empresa na região, Pesavento (1983, p.208) coloca: “(...) a British Tobacco principiou, nos anos 20, a impor um padrão técnico de beneficiamento para as demais empresas e uma orientação para a agricultura do fumo na direção preferencial de determinadas espécies. Os chamados “fumos de estufa” seriam os preferencialmente aceitos para a indústria de cigarros.”

Além destas providências, a companhia buscou providenciar o transporte da matéria-prima até a empresa. (Pesavento, 1983, p.215)

Os investimentos, realizados pela Souza Cruz e outras empresas que atuam no setor, consagraram a região sul como produtora de fumos claros, utilizados na fabricação de cigarros (Vogt, 1997).

Durante o período que se estende da década de 20 até meados da década de 70, a produção de fumo da região orientou-se predominantemente ao abastecimento do mercado interno, observando-se a exportação, em média, de apenas cerca de 30% do total produzido¹². A orientação da produção brasileira modifica-se em decorrência de mudanças no cenário internacional, observadas a partir do final da década de 60. Neste sentido, o boicote à Rodésia e a instabilidade política de países do sudeste africano prejudicaram a produção de fumo nestes países, tradicionais abastecedores do mercado mundial.¹³ Neste contexto, houve renovado interesse internacional na produção brasileira de fumo e o investimento de grandes grupos multinacionais na região sul. Conforme Liedke (1977) as empresas multinacionais adquiriram o controle acionário das empresas locais que atuavam no setor adequando a produção local às demandas do mercado internacional.¹⁴ A reorientação da produção brasileira de fumo fica evidente na Figura 1.¹⁵

¹² A trajetória da produção de fumo no período é abordada por Vogt (1997).

¹³ As mudanças no cenário internacional no período são tematizadas por UNCTAD/GATT (1978) e Vogt (1997). Segundo Sousa Cruz (2001) o crescimento das exportações brasileiras ao longo do séc. XX está relacionado à difusão do consumo de fumos claros, introduzidos na Europa e no resto do mundo pelos soldados norte-americanos durante a 2ª Guerra. A expansão teria sido de tal ordem que, no período de 1940 a 1980, o total anual enviado ao exterior passou de 38,3 mil para 323,4 mil toneladas. Souza Cruz. Fumo do Agricultor ao Consumidor. História: A história social do tabaco. “Você sabe de onde eu venho...” On line. Texto disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/empresa-historia-vocesabe.htm>. Arquivo resgatado em 09/01/2001.

¹⁴ Liedke (1977, p.41) coloca que “as primeiras vendas ocorreram entre 1968 e 1972”.

¹⁵ Observa-se que os problemas políticos tem prejudicado a produção dos países africanos até o momento presente (Tobacco Reporter) e, complementarmente, as restrições à produção interna nos Estados Unidos tem favorecido a fumicultura brasileira.

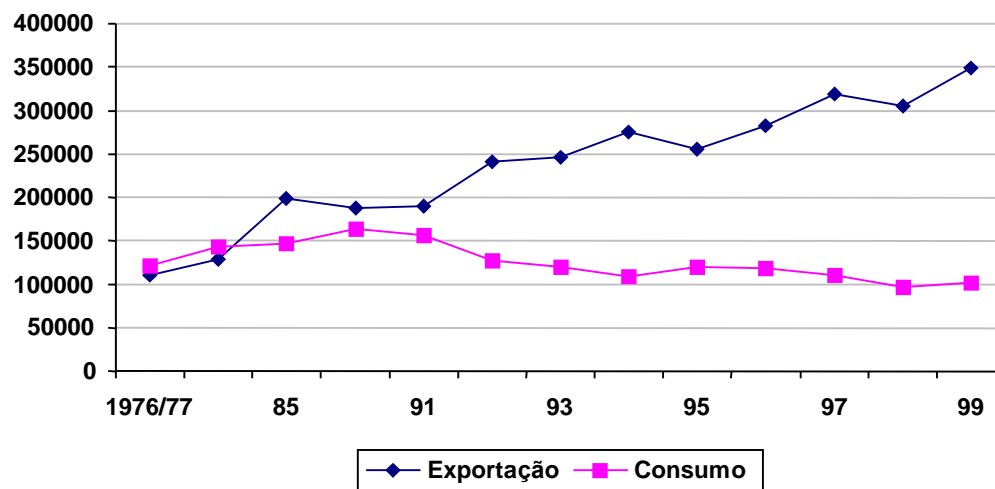


Figura 1: Evolução da exportação e consumo de fumo no Brasil em ton. ¹⁶

A participação crescente no mercado internacional veio aliada a mudanças na estrutura empresarial. A coordenação dos processos de produção, comercialização, beneficiamento e industrialização do fumo passou a ser exercida, majoritariamente, por unidades vinculadas a empresas multinacionais. Na área de comercialização de fumo em folha, por exemplo, atualmente destacam-se as unidades associadas a Universal Leaf Tobacco, DIMON e Standard Commercial Corporation - as três maiores comercializadoras de fumo em folha no mundo. Na produção de cigarros, destacam-se as unidades da Souza Cruz, associadas, por sua vez, a British American Tobacco (empresa de capital inglês).¹⁷

As empresas, via de regra, estabelecem relações de integração contratual com agricultores para o fornecimento das matérias-primas nos tipos, quantidades e qualidades almejadas, identificando-se cerca de 210.000 famílias integradas na região sul do Brasil¹⁸. Pela caracterização apresentada pela AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) os produtores integrados na safra 99/00 são produtores

¹⁶ Fonte dos dados: AFUBRA/ABIFUMO. Fumo no Brasil. Desempenho do setor fumageiro. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/link233.html>.

¹⁷ A estrutura atual do “cluster” do fumo é descrita por Vargas (2001) e avaliada por Silva (2000).

¹⁸ Souza Cruz. Fumo do Agricultor ao Consumidor. O Fumo Hoje: Sua Importância no Brasil e no Mundo. On Line. Texto disponível em <http://www.souzacruz.com.br/empresa-perfil-fumohoje.htm>. Arquivo resgatado em 23/03/2001.

familiares que exploram em média 17,5 ha de área, salientando-se que 25,1% do total dos produtores cultivam em terras de terceiros.¹⁹

Observa-se, neste caso, que as companhias multinacionais constituem o elo de ligação do agricultor com o mercado interno e internacional, decodificando as conjunturas econômicas e traduzindo-as em orientações para a produção.

O presente artigo busca examinar a dinâmica de evolução das relações de integração para o caso do fumo e discutir seus condicionantes. Observa, num primeiro momento, como as mudanças do cenário internacional repercutem na área plantada no território local. Num segundo momento busca discutir os determinantes da dinâmica observada.

As mudanças da conjuntura internacional e a produção de fumo no RS

Para fins do presente trabalho selecionaram-se cenários internacionais favoráveis, neutros e desfavoráveis para a produção de fumo e observou-se como repercutiram sobre a área plantada no Rio Grande do Sul.²⁰

A transição dos anos 91/92, marca um cenário internacional favorável à produção²¹, com aumento de 20% na área plantada de fumo no Brasil, aumento de 35,95% na área plantada no Paraná, de 27,97% na área plantada em Santa Catarina e de 25,16% no Rio Grande do Sul.²² Nesta conjuntura, a maioria dos municípios produtores do RS aumentou a área plantada, como evidencia a Figura 2. Na figura, tons de verde indicam aumentos de magnitude variada. Ainda, observam-se casos de

¹⁹ AFUBRA. Perfil do fumicultor. On line. Texto disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/link221.html>. Arquivo resgatado em 10/11/2000.

²⁰ A análise é construída a partir do exame de 6 casos. Devido aos limites de extensão do presente artigo, a exposição limita-se a 3 casos.

²¹ O cenário favorável é caracterizado por um aumento tendencial no consumo mundial associado a presença de estoques regulares (não excessivos) e valorização do produto. Dados sobre produção, consumo e estoque mundial podem ser obtidos mediante consulta ao site da AFUBRA.

²² O fato das taxas dos estados do sul serem superiores à brasileira, indica tendência à concentração da produção na região sul. Dados de evolução da área plantada são obtidos da base SIDRA – IBGE.

manutenção ou mesmo diminuição significativa da área plantada, como no extremo nordeste do estado - onde, na figura, observam-se tons avermelhados.²³

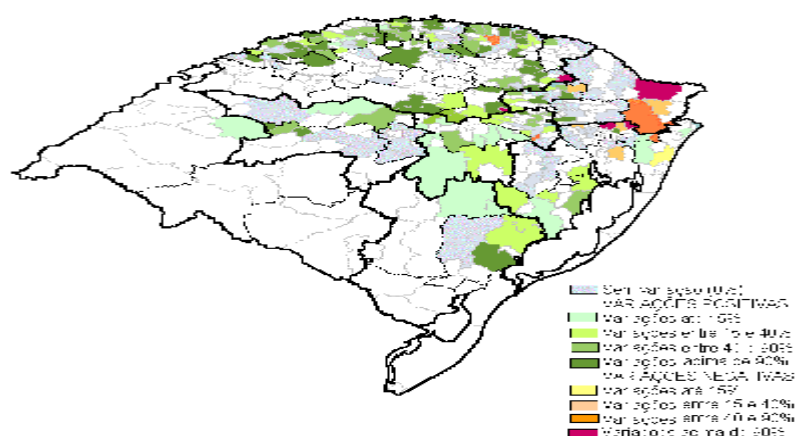


Figura 2: Perfil dos Municípios quanto às variações na área plantada de fumo de 1991 à 1992

Em cenários desfavoráveis ao fumo²⁴, como o observado no período 93/94, a diversidade de comportamentos fica novamente evidente (Figura 3). Enquanto no Brasil a área plantada diminuiu em 14,57%, no Paraná diminuiu apenas 6,57%, em Santa Catarina diminuiu em 24,34% e no RS diminuiu em 16,02%.

²³ Observa-se que cerca de 59% dos municípios apresenta aumento na área plantada, 33% mantem a área plantada e apenas cerca de 7% diminuem a área plantada.

²⁴ A conjuntura mundial desfavorável é caracterizada, neste caso, por uma diminuição no ritmo de aumento do consumo, elevação dos estoques e queda do preço do produto. Dados sobre a evolução da produção, do consumo e do estoque podem ser obtidos pela consulta ao site da AFUBRA.

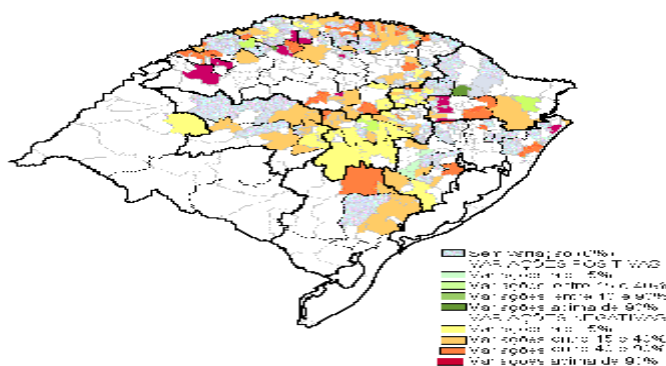


Figura 3: Perfil dos municípios quanto às variações na área plantada de fumo de 1993 a 1994

Dentre os municípios produtores no RS, a maioria apresentou redução na área plantada, mas uma redução em diferentes intensidades. Nesta mesma conjuntura, um número significativo de municípios manteve, em 1994, a mesma área plantada de 1993 (o que está representado em cor cinza) e, em alguns municípios, observam-se aumentos de área plantada (o que está representado em tons de verde).²⁵

Em cenários aparentemente neutros²⁶, como o observado em 1995/1996, a diversidade de comportamentos é ainda mais evidente (Figura 4). Neste período, o RS apresentou uma variação na área plantada de apenas 0,14% o que levaria a supor um predomínio da manutenção da área plantada.

²⁵ No RS, cerca de 46% dos municípios apresentaram redução na área plantada, 39% mantiveram a área plantada e cerca de 15% aumentaram a área plantada.

²⁶ O cenário “neutro” neste caso é caracterizado pela ação de forças contraditórias: a queda dos estoques apontando para aumento da área cultivada e redução no consumo mundial apontando para a cautela no investimento.

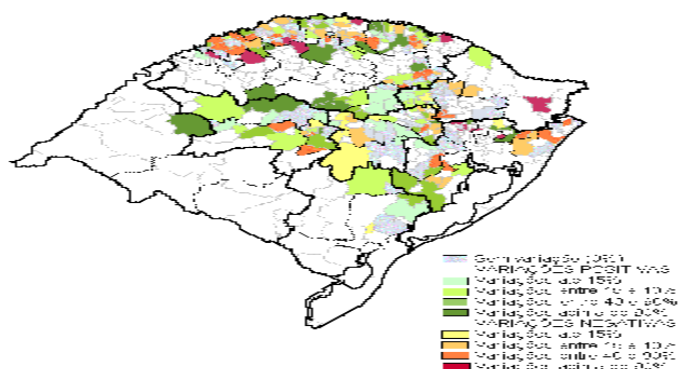


Figura 4: Perfil dos Municípios quanto as variações na área plantada de fumo de 1995 a 1996

A Figura 4, que demonstra o comportamento dos municípios produtores de fumo no RS, evidencia que, de 1995 para 1996, houveram significativas mudanças na área plantada nos municípios. Enquanto alguns municípios reduziram drasticamente a produção (como representado pelos tons avermelhados), outros a incrementaram de maneira significativa (como representado pelos tons em verde). Nestas condições, a manutenção da área plantada total resulta da compensação das diminuições em certos municípios pelo aumento em outros, e não da ausência de variações.²⁷

O exame do conjunto de casos evidencia que não há homogeneidade no comportamento dos municípios sob uma mesma conjuntura, ressaltando-se que alguns municípios aparentemente apresentam “maior flexibilidade”, com variações bastante acentuadas na área plantada de um ano à outro.

Os padrões de evolução da área plantada municipal e seus condicionantes

As diferenças “ de flexibilidade” ficam bem evidentes com o comparativo de históricos municipais de área plantada. O exame dos padrões gráficos de evolução da área plantada levou a distinguir três grandes grupos: de estabilidade relativa, de estabilidade precária e de instabilidade.

²⁷ Observou-se que cerca de 38% dos municípios produtores de fumo do RS aumentaram a área plantada, 35% reduziram a área plantada e cerca de 27% mantiveram a área plantada.

O padrão de estabilidade relativa é caracterizado por pequena frequência de variações significativas na área plantada²⁸ e menor amplitude da variação (correspondente, portanto, aos municípios com estrutura mais rígida). Este padrão pode ser observado no exame dos casos dos municípios de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, apresentados na Figura 5.²⁹

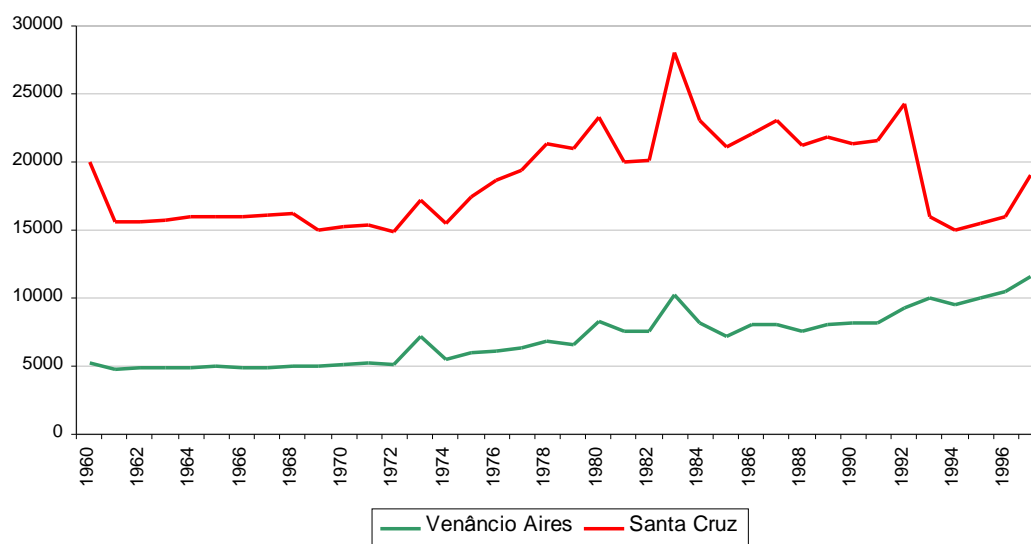


Figura 5: Evolução da área plantada de fumo (ha) nos municípios de Venancio Aires e Santa Cruz do Sul, RS.

O padrão de estabilidade precária é caracterizado por uma maior frequência de variações significativas na área plantada, aliada a uma tendência de maior amplitude das variações. O comportamento tendencial é apresentado na Figura 6.

²⁸ Metodologicamente, definiu-se 30% como valor crítico para considerar variações na área plantada como significativas.

²⁹ A queda abrupta na área plantada observada entre os anos 1992 e 1993 deve ser desconsiderada porque resulta de diminuição da área territorial do município, devida a desmembramento e criação de novo município.

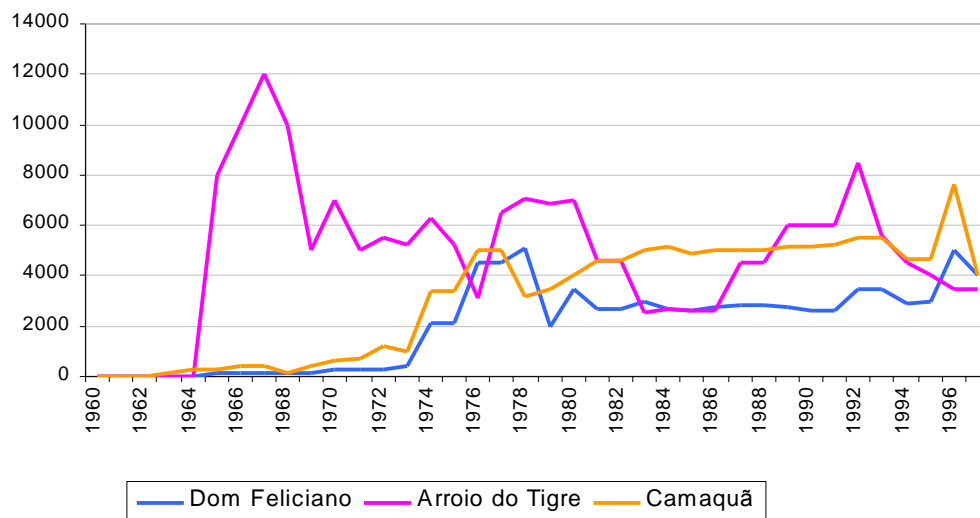


Figura 6: Evolução da área plantada de fumo (ha) nos municípios de Dom Feliciano, Arroio do Tigre e Camaquã, RS

O terceiro padrão, de instabilidade, tem como traço característico a interrupção do plantio no município em dado período. Tendencialmente, apresenta menor frequência de variações significativas na área plantada mas estas, quando ocorrem, tendem a apresentar grande intensidade. Este seria o padrão de comportamento observado nos municípios apresentados na Figura 7.

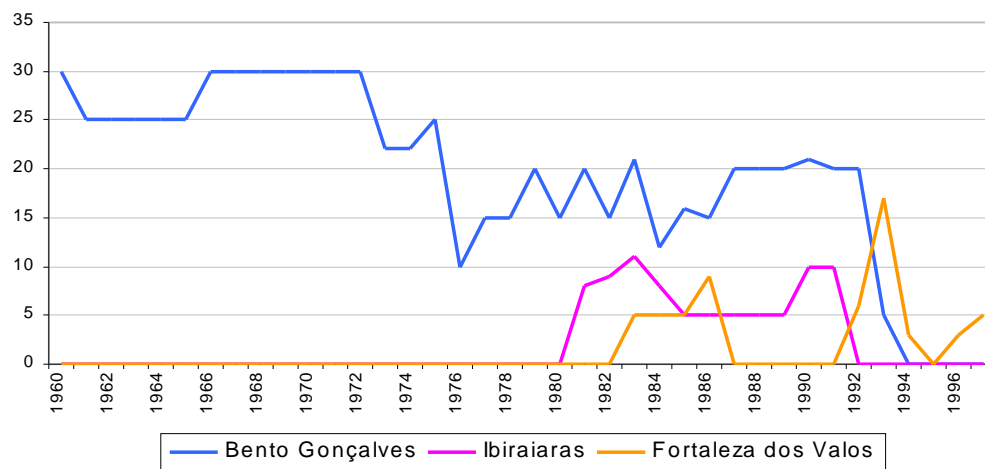


Figura 7: Evolução da área plantada de fumo nos municípios de Bento Gonçalves, Ibiraiaras e Fortaleza dos Valos, RS.

A partir deste conjunto de observações desenham-se três realidades distintas: caso dos municípios onde o cultivo de fumo mantém-se estável ao longo do tempo, caso dos municípios onde o fumo tem presença (e importância) variável e caso dos municípios que incorporam-se eventualmente à produção de fumo.

Para apreender a realidade social subjacente a estas diferentes dinâmicas, torna-se necessário tecer algumas considerações adicionais.

Inicialmente, é necessário reconhecer que as áreas cultivadas por agricultor são, tendencialmente, pequenas (entre 1 e 2 há)³⁰ sendo que a disponibilidade de mão-de-obra constitui a principal restrição à expansão do cultivo.³¹ Tendo em vista esta característica, deduz-se que as variações significativas observadas estão relacionadas a alterações no número de famílias que cultivam fumo e não, simplesmente, a variações no tamanho da área cultivada por agricultor. Assim, torna-se importante responder a questão: por que em alguns locais e/ou no caso de alguns agricultores o fumo não se consolida, enquanto noutros constitui o elemento central da estratégia de reprodução econômica dos agricultores e base das economias locais ?

³⁰ Segundo AFUBRA a área média cultivada com fumo por propriedade na região sul do Brasil passou de 2,3 ha na safra 1996/97 para 2,6 ha na safra 1999/00.

³¹ Conforme estimativa da AFUBRA, o cultivo de fumo Virginia requer 149 dias/homem/ha e o tipo Burley 134 dias/homem/ha. AFUBRA. Fumo no Brasil. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/link223.html>. Arquivo resgatado em 10 de novembro de 2000.

No presente artigo examinar-se-á, primordialmente, a relevância de fatores “endógenos” na explicação da variabilidade observada. Neste sentido, ressaltam-se, na análise, a propensão e a possibilidade de mudança.

Inicialmente cabe destacar que assume-se o pressuposto que agricultores tem diferentes retornos econômicos com o cultivo do fumo. Estas diferenças podem ser devidas a variedade cultivada³², a diferenças na produtividade e, sobretudo, diferenças na qualidade do produto ofertado às agroindústrias.³³ Com relação a este último fator cabe considerar que o preço pago tem ampla variação conforme qualidade (classe) do produto ofertado e esta, por sua vez, depende do cultivo mas, sobretudo, do processo de beneficiamento (secagem) que, no caso do fumo em estufa, é um processo que exige muita experiência e cuidado por parte do agricultor para obtenção de produto de qualidade.³⁴ Agricultores pouco eficientes teriam maior propensão ao abandono do cultivo em situações em que se observam pequenas variações negativas no valor médio do produto.³⁵

O segundo aspecto a ser considerado é que os produtores de fumo o cultivam sob diferentes condições sociais. Neste sentido, é significativo o número de produtores que realiza o cultivo em terras de terceiros³⁶ e/ou tem que contratar trabalhadores temporários. Considera-se que, nestes casos, o retorno líquido auferido pelo cultivo é inferior aquele que é apropriado por agricultores que cultivam em terra própria com o

³² Os principais tipos de fumo cultivados na região sul do Brasil são Burley (fumo de galpão) e Virginia (fumo de estufa). O preço médio pago por Kg varia conforme o tipo de fumo, conforme evidenciam dados apresentados em <http://www.afubra.com.br/valor/index.html>. Arquivo resgatado em 18 de abril de 2000.

³³ Conforme Universal Leaf Tabacos, no folheto “Gerenciamento da Cultura do Fumo, Safra 98/99- Virginia” a qualidade depende da classificação, na qual são consideradas a posição (4 classes), cor da folha (5 classes) e qualidade da folha (3 classes), gerando-se 60 classes com diferenças de preços entre si.

³⁴ A complexidade do processo de beneficiamento do fumo de estufa é exposta por Vogt (1997). É interessante, neste caso, de que a existência da assistência técnica por parte da agroindústria leva a tendência a pressupor resultados semelhantes em termos de eficiência produtiva. Entretanto, observações empíricas e estudos específicos tem mostrado significativas desigualdades em termos de eficiência produtiva. Moreno (1973) investigou as causas dos diferentes rendimentos do fumo no município de Lajeado (RS) e Trevisan (1995) investigou fatores qualitativos que explicam diferenças de lucro entre fumicultores da região sul de Santa Catarina.

³⁵ Cálculos realizados com base em dados da AFUBRA para a safra 1999/00 indicam que os retornos econômicos médios obtidos com o cultivo de fumo remuneram a mão de obra aos níveis de subsistência (salário mínimo) e, nestas condições, pequenas oscilações negativas no valor obtido podem inviabilizar ou motivar o abandono do cultivo.

³⁶ Conforme AFUBRA, na safra 1999/00, 25,1% dos fumicultores da região sul não possuem terra e trabalham em regime de parceria/ arrendamento. AFUBRA. Fumicultura e os minifúndios. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/port/pronunciamentos/5htm>. Arquivo resgatado em 16 de julho de 2002.

uso de mão-de-obra familiar. Estes produtores também teriam maior propensão ao abandono do cultivo em situações em que decresce o valor médio pago pelo fumo.³⁷

O terceiro aspecto a considerar é a desigualdade no investimento realizado para cultivo do fumo. Neste sentido, agricultores cultivadores de burley (fumo de galpão) realizam investimentos em infra-estrutura menores do que cultivadores de Virginia (fumo de estufa) e por isso os primeiros tem maior propensão ao abandono do cultivo em situações em que decresce o valor médio pago pelo produto.

Pressupõe-se que a propensão ao abandono do cultivo manifesta-se como abandono efetivo quando há a possibilidade da mudança. A possibilidade da mudança, por sua vez, ocorre em situações de valorização de cultivos ou criações alternativas, compatíveis com as condições dos agricultores.³⁸ Entende-se que a possibilidade da mudança é maior no caso de agricultores e, em municípios, que tem uma economia diversificada pois, nestes casos, há canais de comercialização para absorção de maior variedade de produtos. Assim, coloca-se a tendência a uma especialização institucional nas zonas tradicionalmente especializadas em determinado cultivo, a qual limita a possibilidade de mudança.³⁹

Em síntese, quanto aos fatores endógenos, haveria maior propensão à estabilidade nos municípios em que agricultores produzem em terras próprias, com uso de mão-de-obra familiar, realizam investimentos significativos na infra-estrutura, tem experiência na atividade e onde a estrutura institucional não favorece à mudança. De modo contrário, a maior propensão à instabilidade é observada em municípios onde agricultores não tem tradição na atividade, produzem em terras e com auxílio de terceiros, realizam baixos investimentos em infra-estrutura e a estrutura institucional favorece a mudança.

Entende-se que é sob esta base social diversa que deve ser situada a ação das empresas multinacionais que promovem o cultivo. Em situações favoráveis de

³⁷ Observou-se, na região da Diocese de Santa Maria (RS) que municípios com maior participação de não proprietários na produção de fumo tendem a apresentar comportamento mais instável na evolução da área plantada (Diesel et al., 2001)

³⁸ Observou-se, na região norte do estado do Rio Grande do Sul, que certos municípios reduziram significativamente a área plantada de fumo no período de valorização da soja, retornando ao cultivo de fumo quando a soja entrou em crise.

³⁹ FEE (1977) apresenta um interessante estudo sobre a especialização relativa das economias locais nas áreas produtoras de fumo no RS.

mercado, as empresas procuram expandir a área cultivada, o que pode implicar a “integração” de novos agricultores os quais, muitas vezes, não tem tradição no fumo e residem fora das áreas tradicionais de cultivo, pois nestas as possibilidades de expansão são limitadas. Estes agricultores possivelmente aderem em situações em que seus cultivos tradicionais estão em crise, mas obtêm um desempenho apenas razoável na produção de fumo e, por isso, são vulneráveis à pequenas variações no valor do produto. A relação entre agricultor-agroindústria, nestas circunstâncias, possivelmente é mais tênue do que aquela verificada nas áreas tradicionais. Para a agroindústria há uma tendência de aumento dos custos de transação a medida que aumenta a distância da área de cultivo à área de beneficiamento industrial. Ainda, os pequenos volumes e qualidade inferior levam a que as áreas incorporadas nos momentos de expansão não sejam consideradas “preferenciais”.⁴⁰ Nestas condições nem agroindústria e nem agricultores lutam pela preservação da estabilidade dos contratos em conjunturas desfavoráveis. A consequência dos rompimentos de contrato, com abandono do cultivo, se manifesta nas séries históricas de evolução da área plantada municipal. Se considerada a interação entre “interesse” da indústria e “condições dos produtores”, observa-se a provável conformação de contextos de retroalimentação positiva - que contribuem para maior estabilidade da produção - em áreas tradicionalmente produtoras - e contextos de retroalimentação negativa em áreas de expansão do cultivo. A situação limite, neste caso, estaria representada na ocorrência de um padrão tipo torre, como mostra a Figura 8.

⁴⁰ Dirven (1998) comenta sobre a importância dos custos de transação nas decisões das estratégias produtivas das agroindústrias.

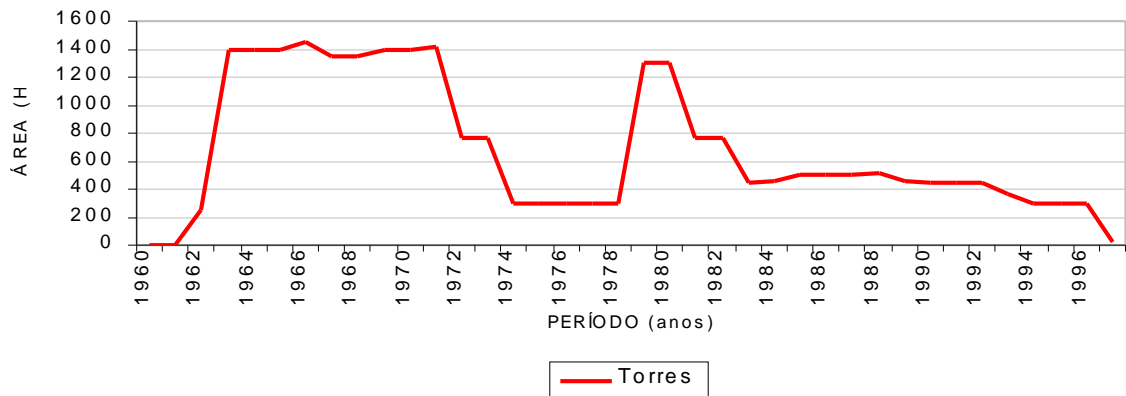


Figura 8 : Evolução da área plantada (ha) de fumo em Torres, RS.

O padrão de variação do tipo torre é caracterizado por aumento anual abrupto, seguido por estabilização relativa por um período variável de anos, seguido de queda abrupta na área plantada. A presença deste padrão ocorre, esporadicamente, independentemente do nível de produção, especialmente nas zonas periféricas.

Em contrapartida, nas zonas tradicionalmente produtoras, o cultivo persiste mesmo em conjunturas não tão favoráveis, alimentando o imaginário dos agricultores e da academia de que a integração agricultor-agroindústria pode ser um bom negócio, independentemente das condições locais⁴¹.

Referências Bibliográficas

ALONSO, D. M. **Aspectos geograficos da cultura fumageira no estado do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958 (Separata da “Revista Brasileira de Geografia”, v. XX, n.3, jul./set. 1958)

CUNHA, J. L. da. **Os colonos alemães e a fumicultura**: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849 - 1881. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991. 184 p.

DIESEL, V.; SILVEIRA, P. R. C. DA; DALMORA, E.; SOUSA FILHO, F. R.; TOMAZZETTI, C. **A inserção da educação no novo patamar tecnológico da**

⁴¹ Schjetman et al. (1998) abordam os fatores condicionantes do sucesso das relações de integração com agricultores familiares. Considera-se, entretanto, que é necessário avançar na compreensão da dinâmica destas relações no tempo-espço.

agricultura. Santa Maria: DEAER/UFSM, 1994. (Relatório Final de Pesquisa, apresentado à FAPERGS, não publicado).

DIESEL, V.; SILVEIRA, P. R. C. da; FIALHO, J. R. D.; SCHEIBLER, J.L.; PALMA, J. **Produtores familiares e agroindústrias:** variação da performance da integração contratual no espaço geográfico. Santa Maria: DEAER/UFSM, 2001. (Relatório de pesquisa, não publicado)

DIRVEN, M. As relações de coordenação vertical entre produtores agrícolas e agroindústrias – baseado em sessenta casos estudados na América Latina. **Revista de Política Agrícola**, v.7,n.4, p. 11 – 18, out./dez. 1998.

FEE. **Programa Comercialização Rio grande do Sul:** Produtos selecionados da lavoura: Diagnóstico da comercialização do fumo. Porto Alegre: FEE, 1977.

LIEDKE, E. R. **Capitalismo e camponeses:** relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Dissertação (apresentada ao Dep. De Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília) – Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

MORENO, J. A. Pesquisa das Causas dos Diferentes Rendimentos do Fumo no Município de Lageado – RS. **Boletim Geográfico do RGS**, Porto Alegre, v.18, n.16, p. 78-92, jan./dez. 1973.

NARDI, J. B. **O fumo Brasileiro no período Colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do RGS**, Porto Alegre, p.3 – 22, jan./dez. 1975.

PESAVENTO, S. J. A produção gaúcha de fumo. In: PESAVENTO, S. J. **RS: Agropecuária colonial & industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 216 p. p. 192 – 226.

SCHEJTMAN,A.; DIRVEN, M.; MORALES, C. Agroindustria y pequeña agricultura: experiencias y opciones de transformacion. In: CEPAL/GTZ/FAO. **Agroindustria y pequeña agricultura:** vínculos, potencialidades y oportunidades comerciales. Santiago: ONU, 1998.

SILVA, L. X. da. Characteristics and Perspectives of Tobacco production in Brazil: na Analysis from portel model. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD.

TREVISAN, I. **Fatores qualitativos que explicam diferenças de lucro entre fumicultores da região sul de Santa Catarina.** Porto Alegre: IEPE/UFRGS, 1995. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural).

VARGAS, M. A. **Forms of governance, learning mechanisms and upgrading strategies in the Tobacco cluster in Rio Pardo Valley – Brazil.** (Researcher in the Economics of Innovation Group – GEI – IE/UFRJ – Brazil)

VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849 – 1993).** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

UNCTAD. **Major markets for unmanufactured tobacco.** Geneva: UNCTAD, 1978.